

Concessionária
das Rodovias
Integradas do Sul
S.A. (Companhia
aberta)

**Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e Relatório
dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações
Financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	21
Balancos patrimoniais	25
Demonstrações do resultado	26
Demonstrações do resultado abrangente	27
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	28
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	29
Demonstrações do valor adicionado	30
Notas explicativas às demonstrações financeiras	31

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., “CCR ViaSul” ou “Companhia” ou “Concessionária”, tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101/290/386/448/RS, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 01/2018 (“Contrato de Concessão”). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graeff, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquetinha, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabaí, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné.

O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019.

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 7,24 referenciada a julho /2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 4,30545 (deságio de 40,53%).

As rodovias administradas pela Concessionária são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

1.3 Destaques de 2021

Em função da pandemia da Covid-19, diversas medidas de restrição de circulação de pessoas e isolamento social foram impostas pelos governos estaduais e municipais, causando impacto na demanda, e conseqüentemente, nos resultados da Companhia em 2021.

Apesar da crise econômica provocada pela pandemia da Covid-19, o EBITDA em 2021 cresceu 12,76% em relação a 2020, totalizando R\$ 239.742. Esse crescimento é explicado pela 2ª revisão

ordinária e o reajuste da tarifa básica de pedágio e pelas flexibilizações concedidas pelos governos conforme aumento da população vacinada.

Com o início da vacinação em janeiro de 2021, a Companhia doou R\$ 599 para o Instituto Butantan em março de 2021, visando apoio aos estudos e fabricação das vacinas.

Após a conclusão das obras iniciais previstas no primeiro ano da concessão, em 2020, a Companhia seguiu 2021 com as implantações de três passarelas na BR 101, Km 03+900, Km 06 e Km 44+500, recuperação de obras de artes especiais, melhorias em dois acessos na BR-101 Km 12+170 e Km 13+300, além de implantações de cinco interconexões na BR-101 no Km 4+830, km 32+170, km 62+600, km 80+050 e km 83+590 e recuperação do pavimento em atendimento aos parâmetros contratuais estabelecidos no PER – Programa de Exploração da Rodovia.

A Companhia iniciou, após o recebimento do licenciamento ambiental em 30 de junho, as obras de duplicação da BR-386/RS, no trecho entre Marques de Souza/RS e Lajeado/RS, entre os quilômetros 324+100 ao 344+400. Até o 18º ano da concessão, a Companhia duplicará 100% dos trechos, que atualmente não são duplicados entre os municípios de Carazinho/RS e Canoas/RS.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 15 de fevereiro de 2021 a 14 de fevereiro de 2022, o valor da Tarifa Básica de Pedágio – TBP determinada pelo referido órgão era de R\$ 4,70 (quatro reais e setenta centavos), conforme deliberação nº 104 de 26 de março de 2021.

Em 2021, o total de veículos pedagiados foi de 50.680.333 ou 90.072.858 em veículos equivalentes bidirecionais nas 7 praças de pedágio.

A receita operacional da companhia em 2021, considerando a Receita de Pedágio e a Receita de Construção, totalizou R\$ 708.850.

2.2 Desempenhos

As operações da Companhia tiveram início em 15 de fevereiro de 2019. Em 2020, ano de crise econômica mundial decorrente da pandemia do Covid-19, a Companhia passou a operar integralmente as sete praças de pedágio previstas no contrato de concessão. Em 2021 obteve um aumento no resultado de 8,49% no lucro líquido em relação a 2020.

Em R\$ mil	2021	2020	Var.%
Receita líquida	672.230	607.748	10,61%
Receita de pedágio	421.379	362.890	16,12%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	287.245	276.159	4,01%
Outras receitas	226	64	253,13%
(-) Deduções da receita bruta	(36.620)	(31.365)	16,75%
(-) Custos e despesas (a)	(453.721)	(405.250)	11,96%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(287.245)	(276.159)	4,01%
Demais custos e despesas	(166.476)	(129.091)	28,96%
Resultado antes Resultado Financeiro	218.509	202.498	7,91%
(+/-) Resultado financeiro líquido	18.904	21.489	-12,03%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(59.945)	(60.412)	-0,77%
Lucro líquido	177.468	163.575	8,49%
(-) Resultado financeiro líquido	(18.904)	(21.489)	-12,03%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	59.945	60.412	-0,77%
EBIT (b)	218.509	202.498	7,91%
Margem EBIT	32,51%	33,32%	-2,44%
Margem EBIT ajustada (b)	59,17%	61,07%	-3,11%
(+) Depreciação/amortização	21.233	10.106	110,10%
EBITDA (c)	239.742	212.604	12,76%
Margem EBITDA	35,7%	35,0%	1,95%
Margem EBITDA ajustada (c)	64,7%	64,1%	0,89%
Investimentos (d)	(338.985)	(313.117)	8,26%
Veículos equivalentes (em milhares)	90.073	79.574	13,19%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas.
- (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas excluindo-se a receita de construção.
- (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.
- (d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2021, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras.

2.2.1 Receita operacional

A receita de pedágio em 2021 totalizou R\$ 421.379, um crescimento de 16,12% em relação a 2020, incremento da receita devido ao reajuste da tarifa básica de pedágio ocorrido em março de 2021.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os custos totais em 2021 foram de R\$ 453.721, dos quais R\$ 166.476 são custos operacionais e R\$ 287.245 são custos de construção. Os principais custos de construção são as obras de serviços de recuperação de pavimento, duplicação da BR-386, implantação dos postos de fiscalização na BR-386 e BR 101, passarelas e dispositivos de segurança, conforme estabelecido no PER – Programa de Exploração da Rodovia.

2.2.3 Investimentos

Em 2021, os investimentos realizados totalizaram R\$ 316.681 um aumento de 4,80% em relação a 2020. Destacamos a finalização da implantação de cinco interconexões, localizadas na BR-290/RS no km 32, km 62, km 83, km 4,9 e km 80 iniciadas no ano de 2020, implantação de quatro Passarelas localizadas na BR-101/RS Km 3,9, 6,0 e 45 também iniciadas no ano de 2020.

Ainda foram implantadas duas vias locais na BR-386/RS km 426 e km 374, duas melhorias de acesso na BR-101/RS km 11,9 e 13,3, uma passagem inferior no km 85 da BR-290/RS.

Encontram-se em andamento as obras de ampliação de capacidade da rodovia com a duplicação da BR-386/RS entre km 325 e km 345, que terá sua conclusão no ano de 2023, as obras de três passarelas na BR-101/RS no km 9, km 62 e km 78 com finalização prevista para fevereiro de 2022 e também as obras de implantação de quatro postos gerais de fiscalização localizados no km 41 e km 49 da BR-101/RS e km 262 e km 407 da BR-386/RS, a serem finalizados em fevereiro de 2022.

Investimentos	2021	2020
Praças de Pedágio/ Bases/ SAU's	12.397	88.967
Serviços no Pavimento	129.959	107.205
Cadastros Iniciais da Rodovia	0	472
Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	9.050	7.442
Obras de Arte Especiais	11.500	3.415
Drenagem e Obra de Arte Corrente	1.595	1.926
Faixa de Domínio	626	1.654
Obras de Ampliação de Capacidade	508	4.624
Obras de Implantação de vias e Interseção e Outros	104.025	58.748
Sistemas e Outros Imobilizados	47.020	27.716
Total	316.681	302.169

Os investimentos descritos acima são valores contábeis, históricos, registrados no momento de competência de cada período.

2.2.4 Captações de Recursos

Em dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 1.235.198 a ser liberado em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela Companhia e, aquisições de equipamentos para operação. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não recebeu nenhum montante do BNDES, utilizando recursos próprios para fazer os investimentos até o momento.

2.2.5 Valor Adicionado

O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2021 foi de R\$ 291.620 e em 2020 foi de R\$ 266.734, representando 43,38% e 43,89% da receita operacional líquida, respectivamente.

2.2.6 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 26 de outubro, conforme aprovado em RCA, foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 72.165 referente aos lucros apurados entre 01 de janeiro e 30 de setembro de 2021. Em 25 de novembro, foram pagos juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 46.011 referente ao resultado pro rata die de movimentações ocorridas até 31 de outubro de 2021. Em 16 de dezembro, foram pagos juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 10.398 referente ao resultado pro rata die de 01 de outubro a 16 de dezembro de 2021.

2.2.7 Planejamento Empresarial

A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia como indústria automotiva, agropecuária e construção civil.

O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia.

Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades.

2.2.8 Gestão pela Qualidade Total

Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Companhia realizou em 2021 a 1ª auditoria de manutenção das certificações ISO 9.001 – Gestão da Qualidade, 14.001 – Gestão de Meio Ambiente e 39.001 – Gestão de Segurança Viária.

2.2.9 Recursos Humanos

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 691 pessoas de forma direta, das quais, 282 pessoas foram contratadas em 2021.

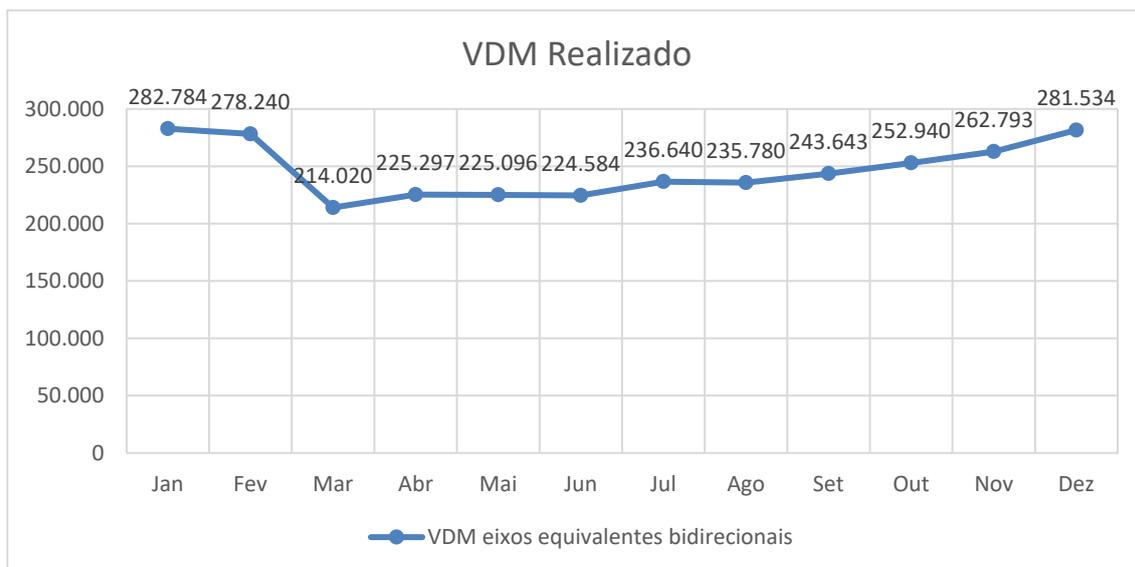
3. Indicadores Operacionais

3.1 Caracterização do Tráfego

3.1.1 Volume

No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Ano (VDMA) de 217.557.

Variação mensal do volume no ano base:



3.2 Segurança no Trânsito

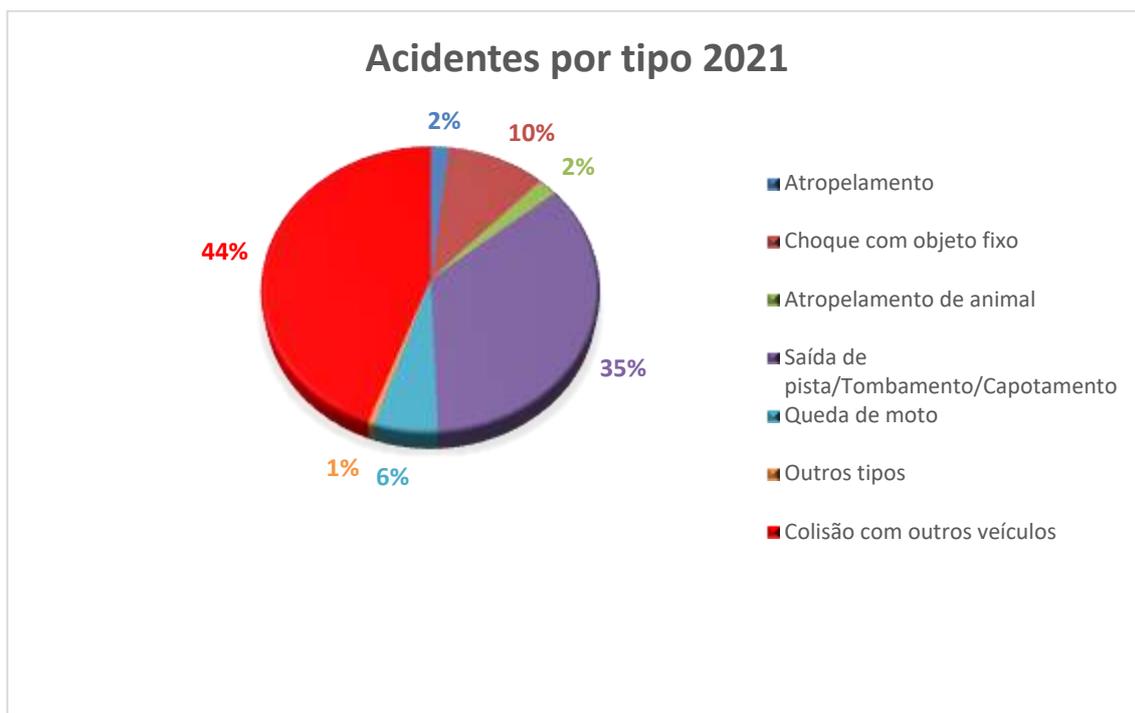
3.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no período em 2021.

Percentual de acidentes por gravidade em 2021

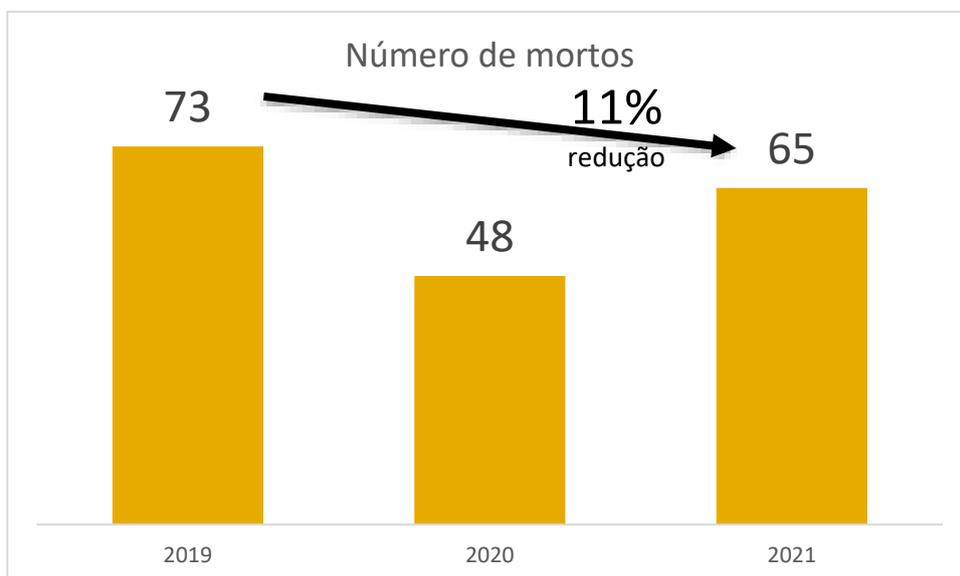


Percentual de acidentes por tipo em 2021



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Apesar do aumento em relação a 2020, podemos citar como destaque a redução do número de mortos em 2021 de 11% quando comparado a 2019. Importante lembrar que em 2020 houve um “*lockdown*” devido a pandemia de covid-19 e isso contribuiu para abaixo número de acidentes neste ano.



3.3 Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão.

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde/ 100km
Viatura de inspeção	15	3
Guincho Leve	13	3
Guincho Pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	58	13
Administração	33	7
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	5	1
Faixa de domínio	3	1
Total de veículos de apoio	43	9
Total	101	22

No exercício de 2021, foram registrados 104.213 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul), um aumento de 85 quando comparado a 2020.

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão

FUNCIONÁRIOS	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Diretoria	1	0,04
Gestor de Comunicação	1	0,04
Gestor de Atendimento	1	0,04
Gestor Administrativo Financeiro	1	0,04
Gestor de Contrato		-

Conservação	13	0,53
CCO	35	1,42
Engenharia	37	1,50
TI	28	1,13
Administrativo	55	2,23
Tráfego	114	4,62
Arrecadação	405	16,41
Total Geral	691	28,00

3.4 Aspectos Financeiros

Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do último exercício comparado com o exercício anterior.

Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2021, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019.

3.4.1 Receita

O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

	Em 2021	Acumulado
Receitas de pedágio	421.379	944.417
Receitas acessórias	226	317
Total das receitas	421.605	944.734

3.4.2 Investimentos

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2021	Acumulado
Adição do intangível	294.857	831.996
Aquisição de imobilizado	21.824	114.950
Total dos investimentos	316.681	946.946

3.4.3 Custos e Despesas Operacionais

	Em 2021	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	136.462	304.399
Despesas Operacionais	29.847	74.410
Total Custos e Despesas Operacionais	166.309	378.809

3.4.4 ISS pagos

A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

	Em 2021	Acumulado
Pedágio	21.049	47.046
Acessória	10	14
ISS Total	21.059	47.060

3.4.5 Tarifas

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$ 4,70 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículos												
		AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
Três Cachoeiras	4,70	4,70	9,40	7,05	9,40	14,10	18,80	23,50	28,20	32,90	37,60	42,30	47,00	2,35
Santo Antônio da Patrulha	4,70	4,70	9,40	7,05	9,40	14,10	18,80	23,50	28,20	32,90	37,60	42,30	47,00	2,35
Gravataí	4,70	4,70	9,40	7,05	9,40	14,10	18,80	23,50	28,20	32,90	37,60	42,30	47,00	2,35
Montenegro	4,70	4,70	9,40	7,05	9,40	14,10	18,80	23,50	28,20	32,90	37,60	42,30	47,00	2,35
Paverama	4,70	4,70	9,40	7,05	9,40	14,10	18,80	23,50	28,20	32,90	37,60	42,30	47,00	2,35
Fontoura Xavier	4,70	4,70	9,40	7,05	9,40	14,10	18,80	23,50	28,20	32,90	37,60	42,30	47,00	2,35
Vitor Graef	4,70	4,70	9,40	7,05	9,40	14,10	18,80	23,50	28,20	32,90	37,60	42,30	47,00	2,35

Concessionária em números

Dados anuais	VIASUL	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	473,4	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	50.680.333	
Veículos leves	37.126.462	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Motos	745.055	
Caminhões e ônibus	12.808.816	
Veículos isentos	791.659	
Número de praças de pedágios	7	
Tarifa	4,7	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	473,4	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	246.775	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário	101	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VRD >= 45 para BR-290/RS	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	VDR >= 47 para	

	BR-101/386/448/SC	
	HS > 0,50	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	421.379	Expresso em milhares de reais

Fator Capital

Despesas de Depreciação	21.233	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa	361.948	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo Bruto	1.342.092	
Série Histórica dos Investimentos	952.232	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,47 % a.a.	WACC Regulatório

Fator Trabalho

Número de Trabalhadores	691	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	616	
Administrativo	75	
Despesas de Pessoal	34.875	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	26.532	
Administrativo	8.343	

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	10.105	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em Manutenção	836	
Outras Despesas	6.984	

Seguridade

Quantidade de Acidentes	2.854	
Acidentes c/ vítimas feridas	816	
Acidentes s/ vítimas	1.978	
Acidentes c/ mortos	60	
Vítimas feridas	1.145	
Mortos	65	

Indicadores

Receita por veículo	R\$ 4,68	Considera receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R\$ 1,85	Considera custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

Balanco social

	2021	2020
Faturamento bruto	708.850	639.113
Receita líquida (RL)	672.230	607.748
Resultado operacional (RO)	218.509	202.498
Folha de pagamento bruta (FPB)	40.661	31.910
Folha de pagamento bruta - total remunerações		

Indicadores sociais internos

	2021	% Sobre FPB - 2021	% sobre RL - 2021
Alimentação	3.439	8,46%	0,51%
Encargos sociais	9.667	23,77%	1,44%
Previdência Privada	253	0,62%	0,04%
Saude	3.013	7,41%	0,45%
Capacitação e desenvolvimento profissional	352	0,87%	0,05%
Creches ou auxílio creches	158	0,39%	0,02%
Participação dos lucros ou resultados	3.099	7,62%	0,46%
Outros	3.254	8,00%	0,48%
Total - Indicadores Sociais Internos	23.235	72,81%	3,82%

Indicadores sociais externos

	2021	% Sobre FPB - 2021	% sobre RL - 2021
Tributos (exceto encargos sociais)	79.618	195,81%	11,84%
Total - Indicadores sociais externos	79.618	249,51%	13,10%

Indicadores ambientais	2021	2020
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	7.269	638
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	0	0
Total de investimentos em meio ambiente	7.269	638

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

- () Não possui metas
 () Cumpre de 0 a 50%
 () Cumpre de 50 a 75%
 (x) Cumpre de 75 a 100%

Indicadores do corpo funcional	2021	2020
Nº de colaboradores ao final do período	691	706
Tempo de serviço		
até seis meses	12%	21%
de seis meses a um ano	29%	43%
entre um e dois anos	57%	34%
entre dois e cinco anos	0%	1%
mais de cinco anos	2%	2%
Nº de admissões durante o período	282	449
Nº de demissões durante o período	397	294
Nº de colaboradores terceirizados	169	165
Nº de estagiários (as)	0	0

Nº de colaboradores com até 18 anos	13	7
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	223	239
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	375	380
Nº de colaboradores acima de 45 anos	80	82
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	158	398
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	2	1%
Remuneração paga a mulheres no período	616	548
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	31	28
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	1	0
Total de horas extras trabalhadas	7.442	5.813
Total de INSS pagos	4.521	4.046
Total de FGTS pago	1.265	1.119
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	46.610	43.566
Total de CSLL recolhido no período	17.608	15.722
Total de PIS recolhidos no período	2.743	2.361
Total de COFINS recolhidos no período	12.657	10.896
Total de outros tributos recolhidos no período	21.059	17.989

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2021	2020
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	1,5%	0,15%
Número total de acidentes de trabalho	8	19

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

- direção
 direção e gerencias
 todos os colaboradores

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

- direção e gerencias
 todos os colaboradores
 todos + CIPA

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:

- não se envolve
 segue as normas da OIT
 incentiva as normas da OIT

A previdência privada contempla:

- direção
 direção e gerencias
 todos os colaboradores

A participação nos lucros ou resultados contempla:

- direção
 direção e gerencias
 todos os colaboradores

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:

- não são considerados
 são sugeridos
 são exigidos
 não se envolve

Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:

- apoia
 organiza e incentiva

	2021	2020
% de reclamações e críticas solucionadas:	100%	99%
Valor adicionado total a distribuir	313.674	288.587
Distribuição do Valor Adicionado		
% governo	32%	33%
% acionistas	57%	56%
% colaboradores	10%	11%
% terceiros	1%	0%
% retido	0%	0%

4. Demais assuntos

4.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

4.2 Sustentabilidade

A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio.

A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo:

www.ccr.com.br/ri

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.3 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.

4.4 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte.

Saiba mais em <http://www.institutoccr.com.br>.

4.5 Destaques do exercício

Como principal destaque temos o início das obras de duplicação da BR-386, no trecho entre Marques de Souza e Lajeado, em julho. Trata-se da obra mais esperada em relação à infraestrutura rodoviária do Estado do Rio Grande do Sul, justamente por ser um dos mais importantes corredores da produção.

No mesmo período, ainda, para promover tais intervenções e estreitar as relações com a comunidade, a Companhia iniciou os atendimentos do Centro de Atendimento à Comunidade Lindeira (CALI), recurso exclusivo da Companhia para atender o público lindeiro.

Em 2021, a Companhia iniciou o uso das câmeras para monitoramento da rodovia, visando agilizar o atendimento aos usuários na rodovia e promovendo a segurança. Da mesma forma, foram inauguradas as novas passarelas na BR-101, bem como os novos acessos na Freeway.

A Companhia completou 1 mil dias de Concessão com os seguintes marcos: 1 mil lançamento da ponte do vão móvel; repasse de mais de R\$ 53 milhões em ISS aos municípios; e o marco de 200 mil atendimentos aos usuários das rodovias.

4.4 Considerações Finais

4.4.1 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.4.2 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

4.4.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda.

(“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

4.4.4 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2021.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 – 6º andar, salas 601 a 606 – Boa Vista
90480-000 – Porto Alegre/RS – Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 – Porto Alegre/RS – Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais

significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão	
Veja as Notas 2 (f), 2(n) e 11 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 308.920 referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na rodovia sob concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A administração da Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com a construção e melhoria da infraestrutura. - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos

nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles

internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

(Companhia aberta)

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	220.486	170.870	Fornecedores	12	37.147	53.199
Aplicações financeiras	6	141.462	472.618	Fornecedores - partes relacionadas	9	1.017	1.109
Contas a receber	7	20.068	15.358	Imposto de renda e contribuição social		21.691	22.348
Contas a receber - partes relacionadas	9	386	897	Impostos e contribuições a recolher		5.976	5.818
Tributos a recuperar		5.041	4.671	Obrigações sociais e trabalhistas		7.862	5.159
Adiantamento a fornecedores		-	34	Obrigações com o poder concedente		978	935
Despesas antecipadas e outros		2.417	758	Passivo de arrendamento	13b	54	-
				Outras contas a pagar		71	156
Total do ativo circulante		<u>389.860</u>	<u>665.206</u>	Total do passivo circulante		<u>74.796</u>	<u>88.724</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores	12	8.485	-
Impostos diferidos	8b	4.747	474	Obrigações sociais e trabalhistas		543	5
Depósitos judiciais		<u>450</u>	<u>2</u>	Provisão de manutenção	15	9.555	-
		<u>5.197</u>	<u>476</u>	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14	75	-
				Passivo de arrendamento	13b	<u>39</u>	<u>-</u>
				Total do passivo não circulante		<u>18.697</u>	<u>5</u>
Imobilizado	10	114.950	93.126	Patrimônio líquido			
Intangível	11	618.500	425.503	Capital social	16a	1.188.456	1.188.456
Infraestrutura em construção	11	213.496	111.636	Reservas de lucros	16	60.143	15.405
Direito de uso em arrendamento	13a	<u>89</u>	<u>-</u>	Dividendo adicional proposto	16	<u>-</u>	<u>3.357</u>
Total do ativo não circulante		<u>952.232</u>	<u>630.741</u>	Total do patrimônio líquido		<u>1.248.599</u>	<u>1.207.218</u>
Total do ativo		<u>1.342.092</u>	<u>1.295.947</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.342.092</u>	<u>1.295.947</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	17	672.230	607.748
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(287.245)	(276.159)
Serviços		(42.871)	(38.891)
Custo com pessoal		(26.532)	(23.316)
Custo com poder concedente		(11.669)	(11.167)
Materiais, equipamentos e veículos		(13.696)	(9.823)
Provisão de manutenção		(9.296)	-
Depreciação e amortização	10, 11 e 13a	(17.654)	(9.695)
Outros		(14.744)	(13.327)
		<u>(423.707)</u>	<u>(382.378)</u>
Lucro bruto		248.523	225.370
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(8.343)	(8.594)
Serviços		(10.105)	(9.167)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.344)	(1.473)
Materiais, equipamentos e veículos		(836)	(1.089)
Depreciação e amortização	10, 11 e 13a	(3.579)	(411)
Gastos com viagens e estadias		(109)	(153)
(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(75)	2
Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(2.793)	(201)
Outros		(2.663)	(2.163)
		<u>(29.847)</u>	<u>(23.249)</u>
Outros resultados operacionais		<u>(167)</u>	<u>377</u>
Resultado antes do resultado financeiro		218.509	202.498
Resultado financeiro	18	18.904	21.489
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>237.413</u>	<u>223.987</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(59.945)</u>	<u>(60.412)</u>
Lucro líquido do exercício		177.468	163.575
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	16f	<u>0,14933</u>	<u>0,13764</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações de resultado abrangente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	177.468	163.575
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>177.468</u>	<u>163.575</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Subscrito	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.188.456	3.070	3.635	14.636	-	1.209.797
Distribuição de dividendos em 23 de abril de 2020	-	-	(3.635)	(14.636)	-	(18.271)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	163.575	163.575
Destinações:						
Reserva legal	-	8.179	-	-	(8.179)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de outubro de 2020	-	-	-	-	(100.883)	(100.883)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2020 (líquido)	-	-	-	-	(39.950)	(39.950)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2020 (IRRF)	-	-	-	-	(7.050)	(7.050)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	3.357	(3.357)	-
Reserva de retenção de Lucro	-	-	4.156	-	(4.156)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.188.456	11.249	4.156	3.357	-	1.207.218
Distribuições de dividendos em 27 de abril de 2021	-	-	(4.156)	(3.357)	-	(7.513)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	177.468	177.468
Destinações:						
Reserva legal	-	8.873	-	-	(8.873)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 29 de outubro de 2021	-	-	-	-	(72.165)	(72.165)
Juros sobre capital próprio em 25 de novembro de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(39.109)	(39.109)
Juros sobre capital próprio em 25 de novembro de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(6.902)	(6.902)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(8.838)	(8.838)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(1.560)	(1.560)
Reserva de retenção de lucros	-	-	40.021	-	(40.021)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.188.456	20.122	40.021	-	-	1.248.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	177.468	163.575
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.273)	1.124
Depreciação e amortização	21.170	10.106
Baixa do ativo imobilizado	558	-
Variação cambial fornecedores estrangeiros	6	28
Atualização monetária sobre provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	3	-
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	10	-
Depreciação - Arrendamento mercantil	63	-
Resultado de operações com derivativos	896	-
Constituição da provisão de manutenção	9.296	-
Ajuste a valor presente provisão manutenção	259	312
Constituição provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	2.242	-
Rendimento de aplicação financeira	9.237	-
	<u>216.935</u>	<u>175.145</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(4.710)	(9.433)
Contas a receber - partes relacionadas	511	(897)
Tributos a recuperar	(370)	(1.555)
Adiantamento a fornecedores	34	18
Despesas antecipadas e outras	(2.107)	(75)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(14.383)	(587)
Fornecedores - partes relacionadas	(92)	302
Obrigações sociais e trabalhistas	3.241	(1.587)
Impostos e contribuições a recolher	52.021	48.961
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(60.981)	(40.969)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(2.170)	(314)
Obrigações com o poder concedente	43	38
Outras contas a pagar	(85)	(6)
	<u>187.887</u>	<u>169.041</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>187.887</u>	<u>169.041</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(30.896)	(34.235)
Adições ao ativo intangível	(302.408)	(278.112)
Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	1.705	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	321.919	387.608
	<u>(9.680)</u>	<u>75.261</u>
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento	<u>(9.680)</u>	<u>75.261</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de operações com derivativos	(896)	-
Arrendamento mercantil (pagamentos)	(69)	-
Dividendos e JCP pagos	(127.626)	(159.104)
	<u>(128.591)</u>	<u>(159.104)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(128.591)</u>	<u>(159.104)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>49.616</u>	<u>85.198</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	170.870	85.672
No final do exercício	<u>220.486</u>	<u>170.870</u>
	<u>49.616</u>	<u>85.198</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas			
Receita de pedágio	17	421.379	362.890
Receita de construção	17	287.245	276.159
Receitas acessórias	17	226	64
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(287.245)	(276.159)
Provisão de manutenção	15	(9.296)	-
Custos dos serviços prestados		(81.369)	(72.142)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(18.087)	(13.972)
Valor adicionado bruto		312.853	276.840
Depreciação e amortização		(21.233)	(10.106)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		291.620	266.734
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	22.054	21.853
Valor adicionado total a distribuir		313.674	288.587
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		19.531	18.793
Benefícios		8.715	7.414
FGTS		1.265	1.119
Outras		843	538
Tributos			
Federais		79.975	77.835
Estaduais		185	189
Municipais		21.059	17.998
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		3.069	236
Aluguéis		1.564	890
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos do exercício		177.468	163.575
		313.674	288.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, nº 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 14 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101/290/386/448/RS, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A Companhia foi constituída em 21 de novembro de 2018 e iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início nas praças da BR-290 em 15 de fevereiro de 2019, na mesma data da assunção da concessão, e nas praças da BR-101 e BR-386 em 9 de fevereiro de 2020, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de fevereiro.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que possam afetar a continuidade operacional. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto,

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

devido à incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) *Receitas de contratos com clientes*

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) *Instrumentos financeiros*

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

f) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “n”.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detida, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros, gastos de despesas bancárias e IOF.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

n) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

o) Arrendamento mercantil

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

p) Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio Grande do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

q) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48 (IFRS 9), CPC 08 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7), CPC 11 (IFRS 4) e CPC 06 (IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) e CPC 11 (IFRS 4) relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2) (IFRS 16):

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento

s) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Revisão anual das normas de IFRS 2018 - 2020;

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27 (IAS 16);
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15 (IFRS 3);
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- IFRS 17 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS *Practice Statement 2*;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2n Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

8b Impostos diferidos

11 Intangível e infraestrutura em construção

14 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

19 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a NDF (*non deliverable forward*), que visam à proteção contra riscos cambiais.

NDF de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio;
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9 e 19.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>
Fornecedores e outras contas a pagar	37.218	5.427	3.058
Fornecedores - partes relacionadas	1.017	-	-
Obrigações com o poder concedente	978	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	4.903	4.999
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	215.583	165.871
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>220.486</u>	<u>170.870</u>

Aplicações financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	141.462	472.618
Total - Aplicações financeiras	<u>141.462</u>	<u>472.618</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 103,87% do CDI, equivalente a 4,57% ao ano (100,62 % do CDI, equivalente a 2,79% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	65	12
Pedágio eletrônico (b)	20.003	15.346
	<u>20.068</u>	<u>15.358</u>

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Idade de Vencimento dos Títulos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Crédito a vencer	20.068	15.358
	<u>20.068</u>	<u>15.358</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	237.413	223.987
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(80.720)	(76.156)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(578)	(145)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	20	(541)
Juros sobre capital próprio	19.179	15.980
Incentivos relativos ao imposto de renda	2.130	426
Outros ajustes tributários	24	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(59.945)</u>	<u>(60.412)</u>
Impostos correntes	(64.218)	(59.288)
Impostos diferidos	4.273	(1.124)
	<u>(59.945)</u>	<u>(60.412)</u>
Alíquota efetiva do imposto	<u>25,25%</u>	<u>26,97%</u>

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2020	Reconhecido no resultado	Saldo em 2021	
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	88	843	931	931
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	25	25	25
Provisão de manutenção	-	3.247	3.247	3.247
Provisão para fornecedores	39	(38)	1	1
Despesas pré-operacionais	270	(86)	184	184
Arrendamento mercantil - CPC 06	-	1	1	1
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	-	173	173	173
Outros	77	108	185	185
Impostos ativos antes da compensação	474	4.273	4.747	4.747
Imposto diferido líquido ativo	474	4.273	4.747	4.747

	2019	Reconhecido no resultado	Saldo em 2020	
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.160	(1.072)	88	88
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1	(1)	-	-
Amortização do custo de transação	(17)	17	-	-
Provisão para fornecedores	48	(9)	39	39
Despesas pré-operacionais	360	(90)	270	270
Outros	46	31	77	77
Imposto diferido líquido ativo	1.598	(1.124)	474	474

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	2021		2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado / Intangível	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora (indireta)				
CCR	3.526 (a)	-	6 (d)	976 (a)
Outras partes relacionadas				
NovaDutra	-	34 (d)	-	-
RodoNorte	-	-	95 (d)	13 (d)
ViaOeste	-	-	-	2 (d)
CPC	2.269 (b)	4.711 (c)	-	-
Instituto CCR	387 (f)	-	-	-
ViaCosteira	4 (e)	-	282 (e)	12 (e)
Bloco Sul	-	-	3 (d)	14 (d)
Total	6.186	4.745	386	1.017

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações		SalDOS	
	2020		2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado / Intangível	Ativo Contas a receber/cessão onerosa	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora (indireta)				
CCR	3.093 (a)	-	-	243 (a)
CPC	4.031 (b)	1.490 (c)	357 (d)	645 (b)(c)(d)
Outras partes relacionadas				
Cor	-	-	-	5 (d)
ViaOeste	-	-	-	1 (d)
RodoAnel Oeste	-	-	-	1 (d)
Instituto CCR	108 (e)	-	-	-
SPVias	-	-	180 (d)	1 (d)
Metrô Bahia	-	-	18 (d)	10 (d)
MSVia	-	-	15 (d)	13 (d)
ViaMobilidade	-	-	15 (d)	1 (d)
CCR ViaCosteira	-	-	213 (d)	182 (d)
Infra. Latinoamericana SA	-	-	99 (d)	7 (d)
Total	7.232	1.490	897	1.109

Despesas com profissionais chaves da Administração

	2021	2020
Remuneração: (f)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	835	2.252
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	589	109
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	296	1.526
Previdência privada	46	34
Seguro de vida	2	2
	1.768	3.923

SalDOS a pagar aos profissionais chave da Administração

	2021	2020
Remuneração dos administradores (f)	1.381	192

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 5.600, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – GBS (Global Business Services) cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Contrato de prestação de serviços relacionados a elaboração de projetos de restauração e serviços de manutenção de pavimentos necessários para a execução de obras previstas no Contrato de Concessão, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativos à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (e) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR; e
- (f) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2020		2021		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		820	-	(2)	527	1.345
Máquinas e equipamentos		3.685	-	(202)	15.342	18.825
Veículos		13.091	-	-	1.055	14.146
Equipamentos operacionais		7.044	-	(270)	41.954	48.728
Imobilizações em andamento		73.204	30.896	(121)	(58.811)	45.168
Total custo		97.844	30.896	(595)	67	128.212
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(86)	(110)	-	-	(196)
Máquinas e equipamentos	12	(362)	(1.647)	24	-	(1.985)
Veículos	24	(3.907)	(3.338)	-	-	(7.245)
Equipamentos operacionais	10	(363)	(3.480)	14	(7)	(3.836)
Total depreciação		(4.718)	(8.575)	38	(7)	(13.262)
Total geral		93.126	22.321	(557)	60	114.950

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências		Saldo final
				(a)	Outros (b)	
Valor de custo						
Móveis e utensílios		376	-	444	-	820
Máquinas e equipamentos		288	-	3.397	-	3.685
Veículos		11.368	-	1.723	-	13.091
Equipamentos operacionais		848	-	6.196	-	7.044
Imobilizado em andamento		53.479	34.235	(14.445)	(65)	73.204
Total custo		66.359	34.235	(2.685)	(65)	97.844
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(14)	(72)	-	-	(86)
Máquinas e equipamentos	11	(5)	(357)	-	-	(362)
Veículos	24	(899)	(3.008)	-	-	(3.907)
Equipamentos operacionais	14	(31)	(332)	-	-	(363)
Total depreciação		(949)	(3.769)	-	-	(4.718)
Total geral		65.410	30.466	(2.685)	(65)	93.126

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível;

(b) Em 31 de dezembro de 2020 refere-se a cauções.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de amortização %	2020		2021			
		Saldo inicial	Adições	Transferências		Saldo final	
				Baixas	(a)		Outros (d)
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		431.131	-	-	205.296	(450)	635.977
Direitos de uso de sistemas informatizados		346	-	-	927	-	1.273
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		710	464	(1)	(651)	-	522
Total custo		432.187	464	(1)	205.572	(450)	637.772
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(6.632)	(12.410)	-	7	-	(19.035)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(52)	(185)	-	-	-	(237)
Total amortização		(6.684)	(12.595)	-	7	-	(19.272)
Total intangível		425.503	(12.131)	(1)	205.579	(450)	618.500
Infraestrutura em construção (c)		111.636	308.920	-	(205.639)	(1.421)	213.496

	Taxa média anual de amortização %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições (c)	Transferências		Saldo final
				(a)	Outros (d)	
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		147.277	-	283.861	(7)	431.131
Direitos de uso de sistemas informatizados		-	-	346	-	346
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.017	524	(831)	-	710
Total custo		148.294	524	283.376	(7)	432.187
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(347)	(6.285)	-	-	(6.632)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	-	(52)	-	-	(52)
Total amortização		(347)	(6.337)	-	-	(6.684)
Total intangível		147.947	(5.813)	283.376	(7)	425.503
Infraestrutura em construção (c)		114.739	277.588	(280.691)	-	111.636

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível;

(b) Amortização pela curva de benefício econômico;

(c) Em 2021, das obras que compõe a infraestrutura em construção, destaca-se a implantação da duplicação da BR 386, km 324+100 ao km 344+400. Em 2020 o total de R\$ 278.112 refere-se principalmente às obras em andamento das interconexões do Km 4,83 e 32,17 da BR-290, do Km

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

62,4, Km 80,07 e Km 83,62 da BR 290 e Passarelas Km 3,9 – 6,0 e 45 da BR 101, no montante de R\$ 277.588;

(d) Em 31 de dezembro de 2021, do total de R\$ 1.871, R\$ 166 refere-se a caução, R\$ 1.423 a recebimento de sinistros e R\$ 282 a desapropriação. Em 31 de dezembro de 2020, o montante total de R\$ 7 refere-se a cauções.

12. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	28.553	37.879
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	240	-
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>8.354</u>	<u>15.320</u>
	<u>37.147</u>	<u>53.199</u>
Não circulante		
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>8.485</u>	<u>-</u>
	<u>45.632</u>	<u>53.199</u>

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Arrendamento mercantil

a. Direito de uso em arrendamento

	<u>2020</u>	<u>2021</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições / Remensuração</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo final</u>
Veículos	-	<u>152</u>	<u>(63)</u>	<u>89</u>
	-	<u>152</u>	<u>(63)</u>	<u>89</u>

b. Passivo de arrendamento

	<u>2020</u>	<u>2021</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições / Remensuração</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	-	48	10	(69)	65	54
Não circulante	-	104	-	-	(65)	39
	-	<u>152</u>	<u>10</u>	<u>(69)</u>	<u>-</u>	<u>93</u>

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 7,08% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 1.287, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

	<u>2021</u>
2023	<u>39</u>
Total	<u><u>39</u></u>

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>2020</u>	<u>2021</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante					
Cíveis	-	2.200	(2.128)	3	75
Trabalhistas e previdenciários	-	42	(42)	-	-
	<u>-</u>	<u>2.242</u>	<u>(2.170)</u>	<u>3</u>	<u>75</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cíveis e administrativos	<u>183</u>	<u>64</u>
	<u><u>183</u></u>	<u><u>64</u></u>

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão de manutenção

	2020		2021		Saldo final
	Saldo Inicial	Constituição	Ajuste a valor presente	Realização	
Não circulante	-	9.296	259	-	9.555
Total	-	9.296	259	-	9.555

Até dezembro de 2020 as obras de recuperação de pavimento foram incluídas nos investimentos iniciais. A partir de janeiro de 2021, iniciou-se a provisão contábil dos custos das manutenções futuras no pavimento das rodovias administradas pela concessionária, conforme o cronograma definido pela equipe de engenharia. A taxa utilizada para o cálculo do valor presente é de 7,08% a.a..

16. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.188.456, representado por 1.188.456.196 de ações ordinárias.

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 05 de abril de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 7.513, sendo R\$ 3.357, correspondentes a R\$ 0,00282467289 à conta do saldo dos “Dividendos Adicionais Propostos” e R\$ 4.156 correspondentes a R\$ 0,00349754613 à conta do saldo de “Reserva de Retenção de Lucros”, pagos em 27 de abril de 2021.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	177.468
(-) Constituição de reserva legal	<u>(8.873)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>168.595</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>42.149</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos	56.409
Total de dividendos mínimos intermediários pagos	<u>72.165</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	<u>128.574</u>

e. Juros sobre capital próprio

Em 25 de novembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 46.011, relativo ao lucro do exercício, pagos em 19 de novembro de 2021.

Em 16 de dezembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 10.398, relativo ao lucro do exercício, pagos em 15 de dezembro de 2021.

f. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Numerador		
Lucro líquido	177.468	163.575
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	<u>1.188.456.196</u>	<u>1.188.456.196</u>
Média ponderada total de ações	1.188.456.196	1.188.456.196
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,14933	0,13764

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receitas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas de pedágio	421.379	362.890
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	287.245	276.159
Receitas acessórias	226	64
Receita bruta	<u>708.850</u>	<u>639.113</u>
Impostos sobre receitas	(36.459)	(31.246)
Abatimentos	(161)	(119)
Deduções das receitas brutas	<u>(36.620)</u>	<u>(31.365)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>672.230</u></u>	<u><u>607.748</u></u>

18. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(259)	-
Perda com operações de derivativos	(2.147)	-
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(10)	-
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(12)	(45)
Taxa e outras despesas financeiras	(722)	(319)
	<u>(3.150)</u>	<u>(364)</u>
Receitas financeiras		
Ganho com operações de derivativos	1.251	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	20.788	21.825
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	6	17
Juros e outras receitas financeiras	9	11
	<u>22.054</u>	<u>21.853</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>18.904</u></u>	<u><u>21.489</u></u>

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pela acionista Controladora e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	4.903	-	-	4.999	-	-
Aplicações financeiras	357.045	-	-	638.489	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	386	-	-	897	-
Contas a receber	-	20.068	-	-	15.358	-
Passivos						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(45.626)	-	-	(53.540)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(1.017)	-	-	(1.109)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(978)	-	-	(935)
Passivo de arrendamento	-	-	(92)	-	-	-
	<u>361.948</u>	<u>20.454</u>	<u>(47.713)</u>	<u>643.488</u>	<u>16.255</u>	<u>(55.584)</u>

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e fornecedores – partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações, exceto: Fornecedores de longo prazo, cujo valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos por terem características contratuais exclusivas.
- **Passivo de arrendamento e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Nível 2		
Aplicações financeiras	357.045	638.489

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos finalizadas em 31 de dezembro de 2021, tinham por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores, sem caráter especulativo. Dessa forma, eram caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de NDF *hedge* para proteção contra riscos de câmbio sobre a importação da usina de asfalto com o Itaú Unibanco.

Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Valores brutos contratados e liquidados		Resultado		
				Moeda local		Ganho/(Perda) em resultado		
				Recebidos/(Pagos)	2021	2020	2021	2020
NDF								
Posição ativa	Itaú Unibanco S.A.	03/05/2021	01/09/2021	(896)	-	(896)	-	
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021				-	-	-	-	
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020				(896)	-	(896)	-	
TOTAL DAS OPERAÇÕES				(896)	-	(896)	-	

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾	14.387	1.295	971	648
Aplicação financeira (CDB) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾	342.658	24.335	18.251	12.167
Total do efeito de ganho ou (perda)			25.630	19.222	12.815

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	9,1500%	6,8625%	4,5750%
--------------------	---------	---------	---------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3;

(3) O conceito aplicado para as aplicações financeiras consiste em se o CDI cair, há uma redução da receita financeira; e

(4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verbas de fiscalização ao poder concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2021 esses compromissos estavam estimados em R\$ 4.814.611 (R\$ 4.014.607 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Demonstrações dos fluxos de caixa

a. Reconciliação das atividades de financiamento

	Operações com derivativos	Dividendos a pagar	Arrendamento mercantil	Total
Saldo Inicial	-	-	-	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos e JCP pagos	-	127.625	-	127.625
Pagamento de principal e juros	-	-	69	69
Liquidação de operações com derivativos	896	-	-	896
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	896	127.625	69	128.590
Outras variações				
Resultado das operações com derivativos e valor justo	(896)	-	-	(896)
Outras variações que não afetam o caixa	-	(127.625)	-	(127.625)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(10)	(10)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(152)	(152)
Total das outras variações	(896)	(127.625)	(162)	(128.683)
Saldo Final	-	-	(93)	(93)

b. Efeitos não caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2021	2020
Fornecedores	6.810	72
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	6.810	72
Aquisição de ativo imobilizado	-	(65)
Adições ao ativo intangível	(6.810)	(7)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(6.810)	(72)

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor
Guilherme Motta Gomes	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 S/RS

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A.

CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

NIRE 43300062627

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da IN CVM 480, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2022, no valor de R\$559.812.000,00(quinhentos e cinquenta e nove milhões, oitocentos e doze mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2022.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$559.812.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2022	R\$559.812.000,00
---	-------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2021	R\$40.020.637,00
--	------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$519.791.363,00
--	-------------------

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SR. EDUARDO SIQUEIR MORAES CÂMARGO

Presidente do Conselho de Administração

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 24/02/2022

Dados do Documento

Tipo de Documento Cartas
Referência VS Orçamento de Capital 31_12_2021
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 24/02/2022
Validade 24/02/2022 até Indeterminado
Hash Code do Documento 5F5B5D085EF1052D1CE7F1FA374CCA55D69CFFE208336B103F27670BA5AB4F47

Assinaturas / Aprovações / Aceites

Papel (parte) Representante Cartas/Defesas/Recursos/FR

Relacionamento 32.161.500/0001-00 - VIASUL

Representante

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

CPF

148.195.698-13

Ação: Assinado em 24/02/2022 19:46:20 com o certificado ICP-Brasil Serial - 2158249AAF08B8CD

IP: 10.72.90.249

Info. Navegador:



Toda assinatura contida neste documento possui carimbo de tempo baseado na Hora Legal Brasileira, emitido pela autoridade de Carimbo de Tempo Qualisign, ACT homologada pelo observatório nacional - ON/MCTI

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **XOC5B-XRBGE-0NMZN-EBLMF**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Campo Grande/MS, 24 de fevereiro de 2022.

HEITOR DE SOUZA PIRES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR OPERACIONAL

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 24/02/2022

Dados do Documento

Tipo de Documento	Declaração da Diretoria
Referência	Demonstrações Financeiras_MSVia
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	24/02/2022
Validade	24/02/2022 até Indeterminado
Hash Code do Documento	A25EA3E7C29F49A3F52DC58F423B933DB3A9AF290053719D400E5FE2FC9A8294

Assinaturas / Aprovações / Aceites

Papel (parte)	Diretor		
Relacionamento	19.642.306/0001-70 - MSVia		
Representante	CPF		
HEITOR DE SOUZA PIRES	025.860.227-93		
Ação:	Assinado em 24/02/2022 18:17:38 com o certificado ICP-Brasil Serial - 59DD33D3C800E466	IP:	10.101.243.93
Info. Navegador:			

Papel (parte)	Diretor1		
Relacionamento	19.642.306/0001-70 - MSVia		
Representante	CPF		
GUILHERME MOTTA GOMES	012.980.057-01		
Ação:	Assinado em 24/02/2022 18:22:34 com o certificado ICP-Brasil Serial - 68F1263563259721	IP:	10.101.243.93
Info. Navegador:			



Toda assinatura contida neste documento possui carimbo de tempo baseado na Hora Legal Brasileira, emitido pela autoridade de Carimbo de Tempo Qualisign, ACT homologada pelo observatório nacional - ON/MCTI

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **CKDWC-1QSRA-ISVVS-XRVSB**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.